



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SUELLEN DE BRITO CASSIMIRO

**UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2018 A 2023 DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNÍCIPIO DE SUMÉ-PB**

**MONTEIRO - PB
2023**

SUELLEN DE BRITO CASSIMIRO

**UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2018 A 2023 DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Economia

Orientadora: Prof^a. Me. Ilcleidene Pereira de Freitas

**MONTEIRO - PB
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C345e Cassimiro, Suellen de Brito.
Um estudo de caso no período de 2018 a 2023 do programa bolsa família no município de Sumé-PB [manuscrito] / Suellen de Brito Cassimiro. - 2023.
29 p : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.
"Orientação : Profa. Ma. Icleidene Pereira de Freitas ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE. "

1. Programa Bolsa família. 2. Covid-19. 3. Auxílio Brasil. 4. Cadastro Único - CadÚnico . I. Título

21. ed. CDD 361.25

SUELLEN DE BRITO CASSIMIRO

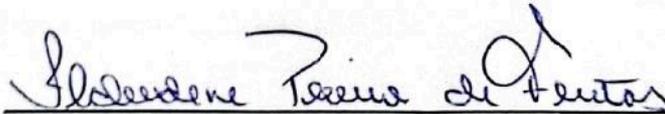
UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2018 A 2023 DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

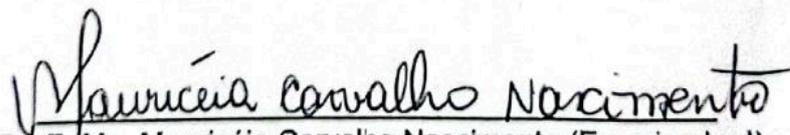
Área de concentração: Economia

Aprovada em: 27 / 06 / 2023.

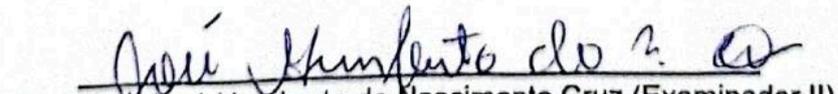
BANCA EXAMINADORA



Profª. Me. Ilcleidene Pereira de Freitas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Maurícia Carvalho Nascimento (Examinador I)
Membro Interno: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz (Examinador II)
Membro Interno: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único	16
Gráfico 2 - Quantidade total de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil	17
Gráfico 3 - Famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil de baixa renda.....	18
Gráfico 4 - Famílias de Agricultores Familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil	18
Gráfico 5 - Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	19
Gráfico 6 - Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos - 85%)	20
Gráfico 7 - Quantidade de pessoas acompanhadas pela saúde	21
Gráfico 8 - Quantidade de pessoas com perfil saúde não acompanhadas nas condicionalidades de saúde	21
Gráfico 9 - Total de gestantes acompanhadas	22
Gráfico 10 - Total de gestantes com pré-natal em dia	22
Gráfico 11 - Total de crianças acompanhadas.....	22
Gráfico 12 - Total de crianças com vacinação em dia	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1	Programa Bolsa Família (PBF)	7
2.2	Pandemia do Covid-19 e o Auxílio Emergencial	9
2.3	Estudos Anteriores.....	12
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	16
4.1	Acompanhamento Educação do Programa Bolsa Família (PBF) - Beneficiários de 6 a 15 anos - BFA (Bimestral) – 2018 à 2019.....	19
4.2	Acompanhamento Saúde (Semestral) do Programa Bolsa Família (PBF) - A partir da 2ª Vigência de 2018 - 2018 à 2021	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS.....	24

UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2018 A 2023 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

A CASE STUDY IN THE PERIOD FROM 2018 TO 2023 OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF SUMÉ-PB

Suellen de Brito Cassimiro¹

RESUMO

A pesquisa possui como objetivo geral identificar se um número maior de famílias entrou no Programa Bolsa Família a partir do auxílio emergencial disponibilizado durante a pandemia do Covid-19. De maneira específica o estudo visou atingir os seguintes objetivos: apresentar o número de inscritos no Cadastro Único (CadÚnico); demonstrar se o número de crianças acompanhadas pela educação em Sumé assistidas pelo Programa Bolsa Família sofreu alterações durante a pandemia; evidenciar o número de crianças acompanhadas e vacinadas, bem como das gestantes dentro do Programa Bolsa Família. A pesquisa se caracterizou como documental, estudo de caso, e levantamento descritivo, de natureza qualitativa realizado no município paraibano de Sumé com as famílias cadastradas no PBF, no período de 2018 a 2023. Observando os dados e os conteúdos apresentados a pandemia promoveu alguns impactos consideráveis no ambiente financeiro e no processo assistencial das famílias de Sumé. Promovendo uma variação considerável quanto a solicitação e consentimento do bolsa família ou auxílio Brasil para os cidadãos da região que passou de 89% em 2018 para 95% em 2020, algo que consolida a vulnerabilidade dos cidadãos ou famílias que residem na região. Pode-se concluir que a pandemia foi um divisor quanto aos problemas sociais e a assistência concedida aos cidadãos ou famílias de Sumé com uma maior vulnerabilidade, algo que promoveu um crescimento ao longo de 2020 e 2021 na solicitação de benefícios sociais como o bolsa família e auxílio Brasil, dando aos cidadãos da região uma oportunidade de equilibrar o ponto financeiro.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Auxílio Emergencial. Covid-19. CadÚnico.

ABSTRACT

The general objective of the research is to identify whether a greater number of families entered the Bolsa Família Program based on the emergency aid made available during the Covid-19 pandemic. Specifically, the study aimed to achieve the following objectives: to present the number of subscribers in the Single Registry (CadÚnico); demonstrate whether the number of children accompanied by education in Sumé assisted by the Bolsa Família Program has changed during the pandemic; highlight the number of children monitored and vaccinated, as well as pregnant women within the Bolsa Família Program. The research was characterized as documentary, case study, and descriptive survey, of a qualitative nature carried out in the Paraíba municipality of Sumé with families registered in the PBF, in the period from 2018 to 2023. Observing the data and contents presented, the pandemic promoted some

¹ Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI.
E-mail: suellenbcbrito@gmail.com.

impacts considerable impact on the financial environment and on the care process for families in Sumé. Promoting a considerable variation in terms of requesting and consenting to Bolsa Família or Brazil aid for citizens of the region, which increased from 89% in 2018 to 95% in 2020, something that consolidates the vulnerability of citizens or families residing in the region. It can be concluded that the pandemic was a divider in terms of social problems and the assistance given to more vulnerable citizens or families in Sumé, something that promoted growth throughout 2020 and 2021 in the request for social benefits such as the family allowance and aid Brazil, giving citizens of the region an opportunity to break even financially.

Keywords: Family Scholarship Program. Emergency Assistance. Covid-19. CadÚnico.

1 INTRODUÇÃO

O direito à assistência social "para quem precisa" tem sido o impulso para reflexões críticas sobre as oportunidades criadas no terreno instável sobre o qual repousam as características da sociedade brasileira e sua postura conservadora consistentemente teimosa em relação às necessidades da classe que vive trabalho. O pensamento conservador afirma que a meritocracia é essencial para lidar com a população pobre, que é responsabilizada individualmente pelos problemas causados pelo capital e que deve demonstrar mérito para receber atenção de um Estado privatizado pelos interesses do capital. Essa postura conservadora em relação aos direitos sociais e à possibilidade de universalizar o acesso aos recursos necessários para diminuir a perversa desigualdade social do Brasil e da América Latina só repercutiu na crise atual (NEGRI; SANTOS; KRUGER, 2021).

A assistência social é um campo de intervenção muito antigo no Brasil, historicamente organizado por entidades beneficentes de forma muito fragmentada, carente da regularidade e dos parâmetros mínimos que caracterizam uma política pública. A Constituição Federal de 1988 é um marco consolidado no reconhecimento da assistência social como política pública e também como parte do sistema previdenciário não contributivo. A transformação institucional desse campo começou na década de 1990 (BORGES, 2014).

Assim, ao longo do período pandêmico do Covid-19 o processo de assistência social se tornou algo primordial, principalmente no que se refere a concessão de benefícios como Bolsa Família e Auxílio Brasil, uma vez que nas rotinas financeiras e trabalhistas ocorreram fortes impactos, sendo preciso ao governo promover uma metodologia de assistência para as pessoas com maior vulnerabilidade e necessidade de assistência no âmbito social (DOS SANTOS, 2022).

Conforme o que foi exposto o presente estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Houve um número maior das famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família a partir do auxílio emergencial no contexto da pandemia Covid-19?

O estudo teve como objetivo geral identificar as famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família a partir do auxílio emergencial no contexto da pandemia Covid-19. De maneira específica o estudo visou atingir os seguintes objetivos:

- Apresentar o número de inscritos no Cadastro Único (CadÚnico);
- Demonstrar se o número de crianças acompanhadas pela educação em Sumé assistidas pelo Programa Bolsa Família sofreu alterações durante a pandemia;

- Evidenciar o número de crianças acompanhadas e vacinadas, bem como das gestantes dentro do Programa Bolsa Família.

Os parâmetros normativos gerais, instrumentos políticos e normativos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) são definidos em nível federal por meio de um processo de negociação federativa com papel muito importante desempenhado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Com base nesses parâmetros nacionais e na regulamentação complementar definida localmente, os municípios fiscalizam a prestação de serviços e benefícios. Isso implica um importante nível de tomada de decisão em nível municipal: identificar e abordar diferentes tipos de vulnerabilidade social em seus territórios para oferecer tipos específicos de serviços (JACCOUD, 2015).

A pesquisa apresentada justificou-se como uma forma de promover a compreensão de como a COVID-19 impactou no desenvolvimento social, assim como nos procedimentos adotados pelo governo a fim de conceder assistência social as pessoas ou famílias com maior vulnerabilidade. No caso do benefício social, a pesquisa tem por justificativa promover uma compreensão de como esse procedimento se tornou de suma importância para as pessoas ao longo do período de pandemia, onde ocorreu uma variação financeira relevante.

Dessa forma, pode-se observar que a pesquisa apresentada foi de suma importância no campo social, acadêmico e profissional, concedendo uma compreensão dos parâmetros mais importantes no processo de cadastro e recebimento dos benefícios sociais, assim como uma avaliação de como a pandemia consolidou ainda mais o recebimento de benefícios sociais por parte das famílias mais carentes do município de Sumé.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Programa Bolsa Família (PBF)

Os programas de transferência condicionada de renda ou *Conditional Cash Transfer* (CCT) foram concebidos com o objetivo de ampliar a garantia de proteção social, combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Baseiam-se em transferências mensais de renda para famílias de baixa renda, condicionadas ao cumprimento, pelos beneficiários, de uma agenda nas áreas de saúde, educação e assistência social (CONSERVA; ALVES; SILVA, 2016).

No Brasil, os programas de transferência condicionada de renda foram criados na década de 1990. Porém, sua expansão só ocorreu a partir de 2001, com o desenvolvimento dos programas federais “Bolsa Escola”, “Bolsa Alimentação”, “Auxílio Gás” e “Cartão Alimentação”. A partir de 2003, os recursos desses programas foram gradativamente centralizados em um único programa, o Programa Bolsa Família (PBF) (TJARA, 2020). O PBF tem três focos principais: a transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; condicionalidades que reforcem o acesso a direitos sociais básicos em educação, saúde e assistência social; e programas complementares voltados para o desenvolvimento das famílias, para que sejam capazes de superar a vulnerabilidade.

O PBF foi criado buscando conceder aos cidadãos brasileiros o direito básico da alimentação, observando que a desigualdade social é um dos principais pilares que impactam no processo alimentar no país. Sendo preciso uma intervenção direta do governo quanto ao acesso a alimentos básicos por parte dos cidadãos com maior

vulnerabilidade financeira ou econômica (SOUZA et al., 2018). Pode-se verificar assim que o programa tem por base promover uma repartição de renda junto as famílias com certos aspectos sociais.

O programa tem três eixos principais: transferência de renda, condicionantes e programas complementares. Segundo Guadagnin, Neto e Vianna (2019), a transferência de renda visa promover o alívio imediato da pobreza; os condicionantes reforçam o acesso a direitos sociais nas áreas de educação, saúde e assistência social; e os programas complementares são voltados ao desenvolvimento familiar, para que os beneficiários possam sair de sua situação de vulnerabilidade.

De acordo com Hoffmann (2013a) um dos pontos fundamentais do PBF consiste na gestão, sendo essa compartilhada com os órgãos executivos e alinhados com os pontos governamentais estaduais, municipais e federais. Algo que concede ao programa uma maior uniformidade na sua realização, assim como padronização dos procedimentos a serem realizados para obter um êxito eficiente.

Os critérios de seleção para participar do PBF são baseados na renda familiar per capita e na distribuição do benefício por todo o país. O Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações fornecidas pelos municípios ao Cadastro Único do Programa Social (SOUZA et al., 2018).

A proposta de condicionantes garante que as famílias beneficiárias assumam compromissos para ampliar seu acesso a direitos sociais básicos. Nesse sentido, os condicionantes não são punitivos; destinam-se antes a ampliar as oportunidades dos beneficiários de exercerem sua cidadania. Portanto, a estratégia é ajudar a evitar que essas famílias voltem a não cumprir as condicionalidades. As famílias podem ter seus benefícios bloqueados, suspensos ou cancelados quando esgotadas as chances de reversão da situação (ABRAS; DE SÁ, 2016).

O aumento da disponibilidade de alimentos é positivo por duas razões principais. Primeiro, a disponibilidade de energia entre famílias de baixa renda no Brasil está abaixo da média nacional (1.611 kcal) (TJARA, 2020). Ainda segundo Tjara (2020), a maior disponibilidade de alimentos como carne, raízes, tubérculos e vegetais pode diversificar e melhorar a qualidade nutricional e palatabilidade da dieta. O consumo desses alimentos é recomendado pelo Guia Alimentar para a população brasileira como parte de uma alimentação saudável e adequada.

Os efeitos sutis do PBF na qualidade da alimentação das famílias beneficiárias indicam que, por si só, apenas o aumento da renda não é suficiente para promover melhorias substanciais na alimentação. Além da transferência de renda, é preciso promover a segurança alimentar e nutricional por meio de políticas públicas que incluam ações de incentivo e garantia do consumo de alimentos saudáveis. Um dos problemas, por exemplo, é que as famílias brasileiras de baixa renda que vivem isoladas ou distantes das áreas centrais dos centros urbanos têm dificuldade em comprar determinados alimentos a preços acessíveis (RIBEIRO, 2019).

Um aspecto significativo na avaliação do PBF é que ele possui um alto índice de demanda reprimida. Em pesquisa realizada por Simões (2012) com moradores de favelas no Rio de Janeiro, 80% dos não beneficiários pesquisados reuniam as condições para participar do programa (renda per capita de 60,00 euros ou menos). No entanto, no momento da pesquisa, 9,6% dos beneficiários tinham renda per capita acima desse valor; ou seja, já estavam em condições de sair do programa. Essa demanda não atendida também aparece em outras pesquisas.

Pode-se observar que apesar do programa ter atingido sua meta de ajudar 11 milhões de domicílios até o final de 2006, há evidências de que ainda não cobre cerca de 3,4 milhões de domicílios elegíveis (HOFFMANN, 2013a). Portanto, estritamente

em termos de transferência de renda, o principal desafio do PBF é ser acessível a toda a população elegível.

2.2 Pandemia do Covid-19 e o Auxílio Emergencial

Foi decretado um surto de pneumonia à Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, República Popular da China, cujo agente causador, um novo Coronavírus, foi rapidamente identificado: SARS-COV-2. O surto teria começado em um mercado de animais vivos e frutos do mar. Em fevereiro de 2020, conforme as melhores práticas da OMS para nomeação de novas doenças infecciosas humanas, a doença causada pelo novo Coronavírus foi batizada de COVID-19, fazendo-se referência ao tipo de vírus (doença causada por Coronavírus) e ao ano do surto, 2019 (GALLASCH et al, 2020).

Somente no Brasil, até 16 de agosto de 2021, já foram registradas 569 mil mortes pela doença, com notificação de 20,4 milhões de casos. Paraná ocupa a terceira posição no *ranking* nacional de número de casos e mortes, tendo apresentado, desde 2019, 1,42 milhões de casos registrados e 36.535 mortes. Em primeiro lugar está o Estado de São Paulo, com 4,17 milhões de casos registrados, e 143 mil mortes (BRASIL, 2021).

A pandemia causada pela Covid-19 se apresentou como uma emergência de saúde pública de importância internacional. Diferentes estudos se focaram na análise dos seus efeitos na saúde pública, nas relações sociais e na economia de cada país, o que não foi diferente no Brasil (ALPINO et al., 2020).

Desde a chegada do referido vírus ao Brasil em 2020 até final de 2022, 35.396.191 casos foram confirmados e 690.229 óbitos decorrentes da doença foram registrados no país (OPAS, 2022). Para conter esses números estratégias foram traçadas, destacando-se o isolamento social e o fechamento do comércio, o que impactou diretamente na economia, atingindo, principalmente os serviços não essenciais (CÂMARA et al., 2020).

A medida de isolamento social no Brasil teve início em março de 2020, o que exigiu o fechamento de empresas, escolas e universidades, mantendo o funcionamento somente dos chamados serviços essenciais como hospitais, farmácias, supermercados, entre outros (BRASIL, 2020). A partir disso, a população brasileira passou a experimentar um “novo normal”.

Não se pode deixar de mencionar que o negacionismo do próprio Governo Federal e de parte da população fizeram com que essas medidas fossem constantemente desobedecidas, principalmente nas periferias, onde a fiscalização era menor, fazendo com que a contenção do vírus não atingisse os resultados esperados (GULLO, 2020).

Além das muitas mortes, há também os reflexos socioeconômicos em que todos têm tido perdas imensuráveis e as empresas se viram no dever de unir suas ações às do Estado, com vistas a mitigar os efeitos da pandemia. Ademais, as necessidades urgentes de medicamentos, insumos médicos e aparelhos, a exemplo dos respiradores, justificam a dispensa da licitação no contexto da Pandemia visando atender o mais rápido possível às demandas da população no âmbito da saúde, com vistas a evitar que um número ainda maior de pessoas venha a óbito (GUEDES, 2022).

Diante do cenário pandêmico o governo implementou medidas de enfrentamento a vulnerabilidade social, assim surgindo o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 (aproximadamente US\$ 123) que foi instituído inicialmente por três

meses para no máximo duas pessoas por família. Esse valor pode ser dobrado no caso de mulheres chefes de família monoparentais. O Ministério da Cidadania é responsável pela gestão desse benefício, que foi disponibilizado em 17 de abril de 2020, 10 dias após sua promulgação (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Para ter acesso a esse auxílio emergencial, o CadÚnico disponibilizou a infraestrutura para pagamento. Tornaram-se automaticamente beneficiárias todas as famílias cadastradas no CadÚnico até 20 de março de 2020, que preencheram as condições de atendimento – aproximadamente 51,4 milhões de brasileiros (70% dos cadastrados) (GENTILINI; ALMENFI; ORTON, 2020).

Para cadastrar as pessoas não inscritas no CadÚnico até essa data, foi adotada a plataforma digital (aplicativo de celular ou site) da Caixa Econômica Federal. No entanto, o acesso ao auxílio emergencial tem apresentado desafios tanto para os requerentes quanto para o SUAS, seja pela dificuldade de cadastramento (já que nem todos os possíveis beneficiários têm acesso à internet), pela falta de informação sobre os critérios de atendimento e pela superlotação física dos bancos e casas lotéricas que fazem o pagamento (o que viola as diretrizes de distanciamento social) (PAIVA et al., 2021).

Essa medida emergencial não levou em consideração a condição estrutural dos 5.570 municípios brasileiros, dos quais 89,1% apresentam estruturas institucionais de gestão frágeis, rotinas técnico-administrativas rudimentares e recursos humanos reduzidos e/ou pouco qualificados (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020). Além disso, as consequências da pandemia aumentaram a demanda por outros benefícios, como auxílio-funeral e alimentação, intensificando as demandas de trabalho das equipes que administram a Política de Assistência Social.

Atualmente, dos profissionais que atuam no SUAS, cerca de um em cada cinco são assistentes sociais, sendo que uma parcela considerável deles possui vínculo empregatício precário e/ou temporário. Em grande parte, são as mulheres, afetadas pelas desigualdades de gênero, que, no atual contexto de crise sanitária, são mais propensas a serem inundadas e sobrecarregadas com trabalho remunerado e não remunerado (trabalho doméstico e trabalho como cuidadoras).

As equipes de referência dos serviços de assistência social, que incluem assistentes sociais, têm registrado um crescimento da procura, nomeadamente: para fornecimento de bens materiais, acesso a rendimentos, orientação sobre medidas de distanciamento social, atendimento a pessoas com maior risco de contágio, como em o caso dos idosos (sobretudo em situação de abandono), sem-abrigo, refugiados, migrantes, em risco de violência doméstica, etc. Todas as reivindicações decorrem num contexto de necessidade de atendimento imediato (GENTILINI; ALMENFI; ORTON, 2020). A atuação do assistente social requer a compreensão dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais, nesse contexto, compreender as demandas materiais exigidas na luta cotidiana da classe trabalhadora para sobreviver em um país extremamente desigual (DE VASCONCELOS, 2022).

Embora a Política de Assistência Social se destine a ser uma área essencial para apoiar as pessoas que sofrem as consequências da pandemia, isso não tem resultado em maior reconhecimento, valorização e proteção para os trabalhadores que administram a assistência, ao contrário dos profissionais de saúde, por exemplo. Soma-se a isso a ausência de equipamentos de proteção individual, como máscaras, luvas, álcool gel, para esses trabalhadores e as dificuldades em incluí-los como prioridade para vacinação contra H1N1 e teste rápido de COVID-19 (COHN, 2020).

Essas reflexões nos mostram que cerca de 121 milhões de brasileiros, cerca de 57% da população do país (estimada em aproximadamente 211 milhões de pessoas), encontram-se atualmente em situação de pobreza. Quando somamos os milhões de inscritos no CadÚnico, os que já solicitaram o auxílio emergencial e os julgados aptos a receber o auxílio, temos uma população invisível ao governo e suas políticas públicas (SILVA et al., 2020). Isso é consequência não apenas da limitada cobertura e qualidade dos serviços oferecidos pelas políticas sociais, do impacto da crise para o capital e suas consequências para o país, mas também das limitações impostas à reprodução da força de trabalho por empregos cada vez mais precários e com limitações direitos trabalhistas.

No caso do Brasil, o potencial aumento da pobreza e da desigualdade durante e após a pandemia enfatiza a necessidade urgente de implementar um sistema de proteção social amplo e abrangente, sensível às diferentes realidades do país e, fundamentalmente, conforme orientado pela Constituição, garante o financiamento para a sua plena implementação. Para tal, é fundamental que a profissão e a sociedade em geral debatam vigorosamente a importância e a disponibilidade do Auxílio Emergencial, de forma a garantir que as políticas e intervenções de proteção social estejam firmemente inseridas no âmbito das políticas de seguridade social (COSTA, 2020).

Nesse contexto, o trabalho e a experiência dos assistentes sociais são importantes para entender os limites da efetividade desses benefícios, os direitos da sociedade e os impactos nas pessoas e na sociedade. Seguindo o imediatismo da pandemia, precisaremos rever não apenas como o Covid-19 destacou a desigualdade e as fraturas existentes na sociedade brasileira, mas também os padrões de sociabilidade e proteção social.

2.3 Estudos Anteriores

AUTORES / ANO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
JANNUZZI; MARTIGNONI (2020).	Este texto sistematiza evidências empíricas e bibliográficas acerca da queda da pobreza e extrema pobreza no País, assim como a diminuição do hiato de pobreza e da desigualdade de renda nas últimas décadas, mostrando o papel fundamental do Programa Bolsa Família ao longo dos anos 2000.	Procurou-se mostrar neste texto a evolução histórica da extrema pobreza no Brasil nas últimas décadas e sua acelerada queda nos anos 2000, como consequência da estruturação e da estratégia de ampliação do PBF em direção à zona rural, periferias dos grandes centros e regiões mais pobres e vulneráveis do País. De forma semelhante, observou-se movimentos virtuosos com relação à distribuição de renda junto aos estratos de mais baixa renda.	Nessa estratégia, não só o PBF vem passando por inovações importantes, como também o conjunto de outros programas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e demais pastas sociais. Esses avanços programáticos certamente colocam novos desafios teóricos e metodológicos para investigação acadêmica e para a avaliação das políticas de combate à fome, pobreza e exclusão social.
OLIVEIRA (2021).	Trazer um diagnóstico socioassistencial, no âmbito municipal, de algumas famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), considerando o agravamento da pandemia de Covid-19.	Mediante os resultados foram identificados um déficit educacional passado de pais para filhos, gerando uma baixa escolaridade dos integrantes da família. Percebeu-se que a maioria das entrevistadas não terminou o ensino fundamental, o que pode ajudar a explicar a alta taxa de desemprego também analisada nesta pesquisa. Com a pandemia, identificou-se um aumento das desigualdades, na qual grande parte dos estudantes de escolas públicas não tiveram acesso as aulas online, porém conseguiram entregar as atividades escolares de forma impressa.	De uma forma ou de outra, pode-se afirmar que a tecnologia esteve dentro da casa de milhões de pessoas, independentemente de sua condição financeira. Identificou-se também na pesquisa que a principal destinação do auxílio emergencial concedido em 2020 foi para compra de alimentos e que houve um aumento do desemprego e da queda na renda desses beneficiários do programa.
SCHUEROFF; PEREIRA (2018).	Analisar a efetividade e a eficácia do Programa Bolsa Família no município de Alto Paraná-PR.	Como principais resultados, demonstrou-se que o programa possuía, em média, 960 famílias beneficiárias, das quais somente 5% saíram do programa por conseguiram superar a situação de pobreza ou extrema pobreza.	Dessa forma, apesar de vários êxitos, muitos desafios e estratégias ainda devem ser pensados para que o programa consiga ser executado com efetividade e eficácia.
FERREIRA (2022).	Analisar as características da concessão do Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil na cidade de Serra Talhada – PE.	Os dados obtidos indicam que o Auxílio Brasil aumentou a renda dos beneficiários pelo programa, mas que mesmo assim ainda existem pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, já que a	Com base nos resultados e discussões apresentadas, considera-se que as políticas públicas são necessárias porque servem para garantir que as

		cada dia os bens necessários se encontram cada vez mais caros.	famílias tenham pelo menos o mínimo para sua sobrevivência.
RODRIGUES (2018).	Analisar o impacto que o Programa Bolsa Família reflete na vida das pessoas beneficiadas do município de Marechal Cândido Rondon.	Constatou-se se as pessoas estão bem informadas a respeito de seus direitos e obrigações e do seu papel de cidadão e responsável pelo desenvolvimento humano e social da família. Marechal Cândido Rondon possui, atualmente, 455 famílias beneficiárias do Programa, perfazendo um total de 1.783 pessoas.	Foram verificados os impactos econômicos e sociais na vida das famílias que recebem o benefício, pois economicamente colaboram na satisfação de necessidades básicas das pessoas, principalmente na alimentação, enquanto que as condicionalidades propiciam o acesso obrigatório à educação e à saúde.
LEITE, et al. (2021).	O presente resumo apresenta o resultado parcial do projeto de pesquisa Impactos socioeconômicos provocados pela Pandemia da COVID-19 na Fronteira da Paz - Santana do Livramento/RS/Brasil.	No município de Sant'Ana do Livramento, 4.829 mulheres receberam o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 1.200,00; desse total 54,61% tiveram acesso aos recursos por meio do Bolsa Família (2.637 pessoas); 35,39% via Aplicativo da Caixa (1.709 pessoas); 9,96% por meio do Cadastro Único sem Bolsa Família (481 pessoas), e; 0,04% por meio judicial (2 pessoas). Ou seja, 3.118 mulheres obtiveram acesso ao Programa por meio do Cadastro Único (CadÚnico) e/ou Número de Inscrição Social (NIS). No entanto, cabe destacar que na primeira remessa, em abril de 2020, foram contempladas 4.043 mulheres, outras 75 mulheres foram beneficiadas nos meses seguintes.	De forma geral, tem-se que o auxílio emergencial contribuiu para a redução da extrema pobreza no Brasil, mitigando especialmente, os efeitos da pandemia na alimentação dos brasileiros. Portanto, o trabalho contribuiu para demonstrar o cenário mais amplo sobre o auxílio emergencial, evidenciando especialmente, as transferências de recursos recebidas no município de Santana do Livramento (RS).
DE MELO (2019).	Verificar se o Programa Bolsa Família contribui de fato no enfrentamento a pobreza ou gera uma dependência das famílias à programas sociais.	Ficou evidente que para o bom desenvolvimento do Programa Bolsa Família no Município de Brasilândia do Sul, é necessário que todas as Políticas Públicas se alinhem e se envolvam diretamente nas ações de atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa. Tendo como meta a superação das vulnerabilidades sociais, e se emancipem tornando-se protagonistas de sua história.	Nota-se que o Programa tem sim acontecido no município, porém falta ainda ações planejadas para a melhor execução do mesmo. Cabendo aos gestores e demais membros da equipe das Políticas Públicas buscar a melhoria do programa para a superação das faltas acima citadas.
COLVERO; CAMORETTO (2021).	Analisar como se deu a gestão de assistência social ligada ao Programa Bolsa Família, durante a pandemia da Covid-	Dentre alguns dos resultados, é possível observar que a gestão no município foi marcada pelo desdobramento da equipe para atender à população que necessitava de assistência, frente a uma relatada falta de orientação de como proceder,	A gestão do Programa Bolsa Família em São Borja passou por momentos de desorientação no sentido administrativo. Houveram falhas na comunicação entre as instituições e muitas ações

	19, no município de São Borja, Rio Grande do Sul.	muitas vezes. E, além disso, houve aumento de procura por assistência durante a pandemia, evidenciado pelas pessoas que perderam ou tiveram suas fontes de renda complementar diminuídas na pandemia.	precisaram ser revistas. Em vista disso, cabe o destaque para o esforço técnico-administrativa municipal, que em meio à pandemia, além de exercer a própria função, ainda deu suporte para outras instituições federais de maior porte, como a Receita Federal.
SOARES (2022).	Analisar a importância da distribuição de renda no município de Assú/ RN, a fim de identificar os pontos positivos do programa social estudado e refletir sobre os avanços e desafios para a sociedade, e a melhoria econômica que esse Programa Social apresenta ao município e ao país.	Os resultados apresentados demonstram que com a implementação do Programa Bolsa Família, e atualmente com a substituição para o Programa Auxílio Brasil, é possível identificar melhorias nos índices da educação; com relação à saúde, houve redução da taxa da mortalidade infantil, provavelmente devido ao cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Programa, bem como a desaceleração da pobreza.	Pode-se dizer que o Programa de transferência de renda apresenta avanços positivos que impulsionam a economia do país, com desafios a serem vencidos como a desigualdade social e uma melhor redistribuição de renda.
PAIVA; NUNES (2020).	Avaliar a focalização do Programa Bolsa Família (PBF) ao longo do período 2012-2018, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Os resultados confirmam a expectativa gerada por estudos anteriores: o Bolsa Família melhorou sua focalização ao longo de todo o período, sugerindo que essa melhora decorreu de um trabalho contínuo de aperfeiçoamento do programa e não de uma operação de checagem realizada em um ano específico. A análise de concentração do programa revela que ele melhorou seu potencial para reduzir as desigualdades de renda. Apesar disso, estima-se que quase uma em cada cinco pessoas que estão entre os 10% de menor renda no Brasil não estejam recebendo transferências do programa.	Este trabalho classifica as propostas de aperfeiçoamento do programa em três grupos, tendo sua focalização como variável relevante: no primeiro, estão as propostas que consideram o nível de focalização, bem como os resultados gerais do programa, adequados e que enfatizam a importância de sua consolidação institucional; no segundo, as propostas que consideram sua focalização ainda insatisfatória e que sugerem a adoção de outros mecanismos de focalização; e no terceiro estão as propostas que deixam a questão da focalização em segundo plano e sugerem a criação de benefícios universais para as crianças, utilizando a base operacional do PBF.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção do estudo aborda os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, o qual é tido com a maneira pela qual os pesquisadores organizam, desenvolvem e/ou modificam qualquer técnica, teoria ou resultado anterior em uma abordagem metodológica ou, alternativamente, desenvolvem uma nova técnica (PEREIRA et al., 2018).

Quanto aos objetivos, entende-se como descritiva, pois buscou identificar se um número maior de famílias entrou no Programa Bolsa Família a partir do auxílio emergencial disponibilizado durante a pandemia do Covid-19.

Quanto aos procedimentos, se configura como documental, estudo de caso e numa pesquisa de levantamento, já que foi realizado um levantamento sobre os dados socioeconômicos acerca do PBF no município de Sumé, bem como o número de crianças acompanhadas pela educação, o número de crianças acompanhadas pela saúde e vacinadas, número das gestantes dentro do Programa Bolsa Família e o número de inscritos no Cadastro Único.

Quanto a abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que o estudo se apoiou em dados estatísticos socioeconômicos do PBF no município e buscou identificar se houve ou não aumento do número de famílias no Programa a partir do Auxílio Emergencial disponibilizado durante a pandemia do Covid-19

A amostra da pesquisa teve como foco as famílias cadastradas no PBF no município paraibano de Sumé, no período de 2018 a 2023. Os dados foram coletados a partir do sistema VIS DATA 3 *beta* pertencente a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), onde são disponibilizados os dados quantitativos referentes ao CadÚnico e o Programa Bolsa Família.

O município de Sumé tem uma área de 833,315 km² (oitocentos e trinta e oito e setenta e um metros quadrados), representando 1,53% da área do Estado, estando localizado na região semiárida do Estado, especificamente no Cariri Ocidental paraibano, a 267km (duzentos e sessenta e sete quilômetros) da capital João Pessoa (IBGE, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), o município de Sumé tem uma população estimada de 17.096 (dezessete mil e noventa e seis) habitantes com um PIB *per capita* de R\$11.468,83 (onze mil quatrocentos e sessenta e oito virgula oitenta e três reais) (IBGE, 2020).

O salário médio mensal no ano de 2020 foi de 1.7 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.6% da população nessas condições, enquanto que 79 famílias não têm rendimento algum (IBGE, 2020).

No quesito educação, o município teve em 2010 uma Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,5 % (noventa e sete virgula cinco por cento) (IBGE, 2010). Em 2021 o município registrou 3.225 (três mil duzentos e vinte e cinco) matrículas desde o ensino infantil ao ensino médio.

Foram utilizados os dados traçando as características socioeconômicas encontradas nos mesmos conforme os critérios do estudo. Após a coleta, os dados foram apresentados através de Gráficos e analisados realizando o confronto e embasamento teórico com outros estudos relacionados a temática do Bolsa Família.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

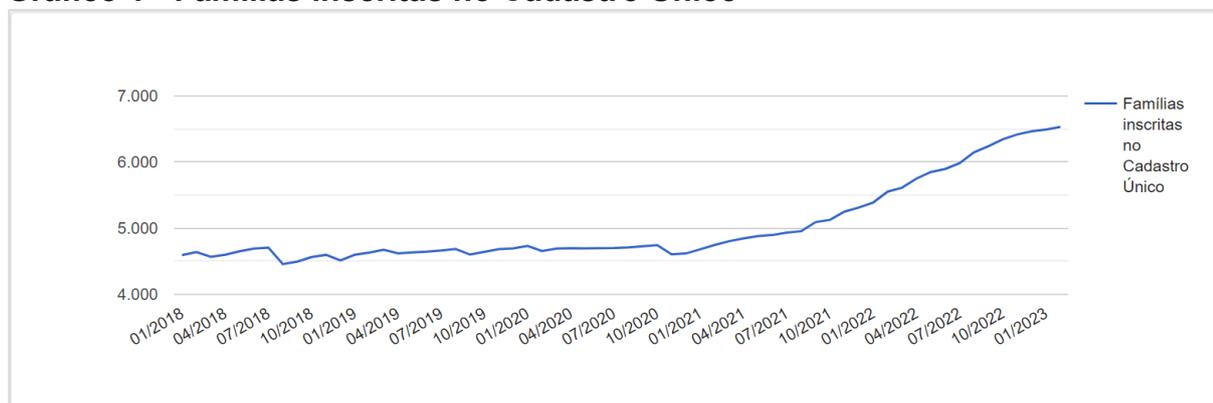
Ao longo desse tópico são apresentados os principais resultados obtidos por meio da coleta de dados, ressaltando a visão de autores renomados sobre os procedimentos de programas de políticas públicas, como também avaliando os gráficos obtidos por meio de uma mensuração de dados.

De acordo com Santos et al. (2014), algumas medidas para melhorar o Cadastro Único foram realizadas desenvolvendo verificações cruzadas para reduzir duplicações, resultando no cancelamento de cerca de 200.000 benefícios duplicados encontrados no processo, estabelecendo um grupo de trabalho para revisar os critérios de elegibilidade e melhorar os questionários, fornecendo treinamento aos municípios para fortalecer a implementação, desenvolvendo um índice de qualidade para monitoramento e avaliação do Cadastro, etc.

No Gráfico 1 tem-se uma compreensão de quantas famílias estão cadastradas no Cadastro Único em Sumé, avaliando as informações de 2018 a 2023, onde se avalia que mais de 64,28% famílias apresentavam o cadastro em 2018, em 2019 essas famílias eram 67,14%, no ano de 2020 se tem dados de mais de 65,71% famílias cadastradas. Em observação aos dados de Sumé pode-se verificar que 52,4% famílias da região devido a questões financeiras e econômicas precisam promover ou solicitar o recebimento de benefícios sociais, promovendo assim seu cadastro único. Vale destacar ainda que ao longo dos últimos 3 anos ocorreu um crescimento de famílias de Sumé em situação de vulnerabilidade.

Ao longo de 2021 se observa um cadastro de 71,42%, quanto que em 2022 se tem uma soma de 91,42%. No primeiro mês de 2023 se tem uma compreensão de 92,85% famílias apresentando cadastro. No que se refere a Sumé os procedimentos de CadÚnico são visando principalmente a oportunidade de obter alguma renda para questões básicas de uma família.

Gráfico 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único



Fonte: VIS DATA 3 beta (2023).

Ao longo dos anos o governo brasileiro vem implementando Políticas Públicas Sociais para conceder uma igualdade social aos seus cidadãos, assim como uma oportunidade de as pessoas com maior vulnerabilidade obter assistência social por meio de benefícios concedidos pelo governo. Ao longo da pandemia esse processo se tornou algo primordial para algumas pessoas, uma vez que ocorreu um forte impacto econômico e financeiro no país.

Analisando as informações apresentadas pode-se verificar como os períodos de 2018 a 2022 ressaltam bem os benefícios sociais como forma de promover

estabilidade ou uma rentabilidade financeira aos cidadãos menos favorecidos, sendo o bolsa família um dos principais benefícios de assistência social aplicados no Brasil.

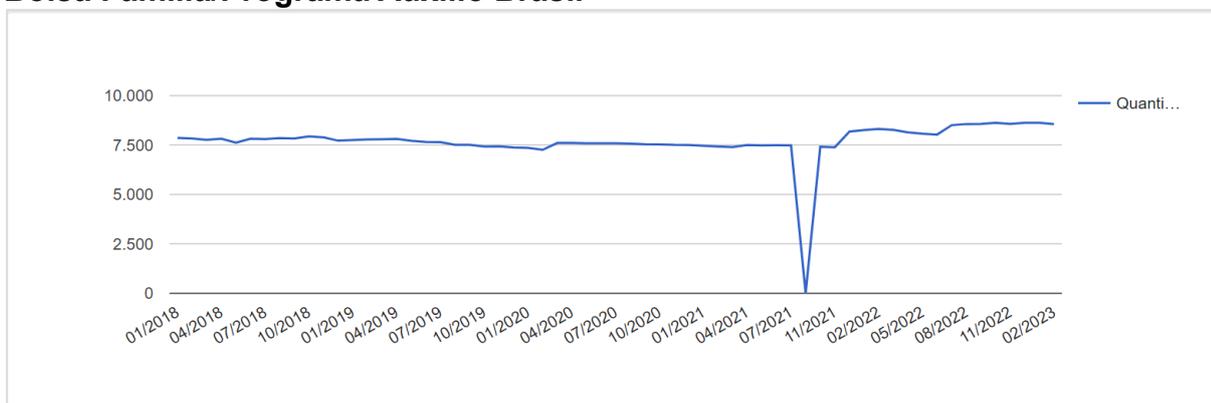
Diante dos conceitos, dados e informações descritas pode-se avaliar que alguns procedimentos são fundamentais para determinar quais cidadãos tem o direito de receber os benefícios sociais, assim como compreender dados relevantes na classe social e melhorias a serem realizadas, a fim de obter um melhor rendimento das questões sociais básicas, como: saúde, educação e segurança.

Pode-se verificar que processo de cadastro é algo fundamental junto aos programas sociais, por isso ao longo dos anos analisados pode-se verificar uma evolução no que se refere ao cadastro das famílias no sistema do governo. Procedimento de suma importância para um maior êxito quanto a assistência e processo de compreensão das informações relevantes no processo de obtenção dos benefícios sociais.

Dantas (2013) apresenta várias explicações alternativas adicionais para as tendências nos focos substantivos do Bolsa Família. Estes incluem: serendipidade; interesse pessoal; proliferação e composição mutável do corpo de pesquisadores; movimentos sociais; principais estudiosos; interação entre pesquisadores e profissionais; mudanças na tolerância pública como assuntos; aumentos na sofisticação pública como consumidores de conhecimento; e alterações de valor.

O Gráfico 2 consolida a evolução de solicitação e assistência concedida por meio do bolsa família em Sumé, sendo observado que em 2018 se tinha 75% de famílias assistidas por meio do benefício, quanto que em 2019 as famílias contam 74,9%, já em 2022 e 2023 o percentual passou para 76%. Nota-se que não houve um aumento significativo no período pandêmico, mas em 2021 houve uma queda relevante, caindo para 0%.

Gráfico 2 - Quantidade total de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil



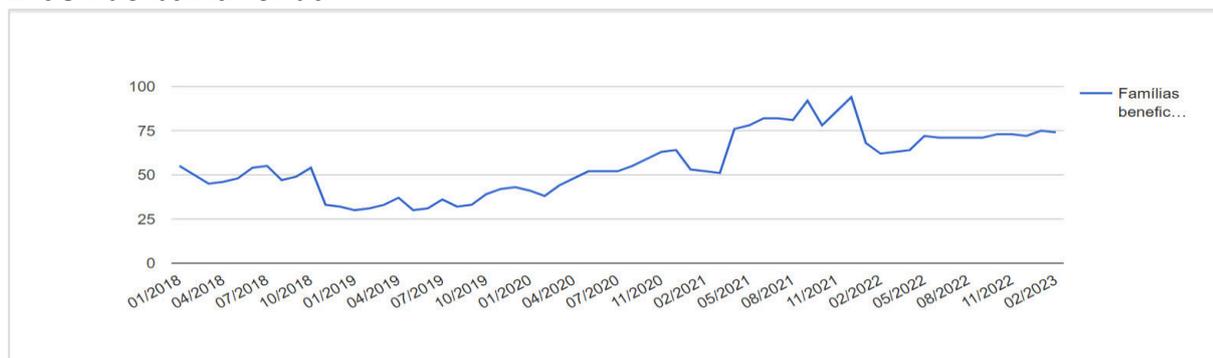
Fonte: VIS DATA 3 beta (2023).

O PBF é um dos maiores programas de transferência condicionada de renda (CCT) do mundo. Os CCT's têm sido descritos como uma "bala mágica" para o desenvolvimento, e o PBF é amplamente considerado um programa exemplar. O exame de seus fundamentos conceituais, características, impacto e limitações mostra que o PBF oferece apoio substancial à renda dos mais pobres (CONSERVA; ALVES; SILVA, 2016).

No Gráfico 3, se observa a progressão quanto as famílias que solicitaram o bolsa família ou auxílio Brasil no município de Sumé, sendo mensurado uma evolução desde 2018 até 02/2023, onde as famílias passaram de 52% para 75%, alternando ao

longo de 2021 de 50% para 90%. Aspecto que se relaciona principalmente com o período da pandemia, onde muitos cidadãos brasileiros foram assistidos pela política social.

Gráfico 3 - Famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil de baixa renda

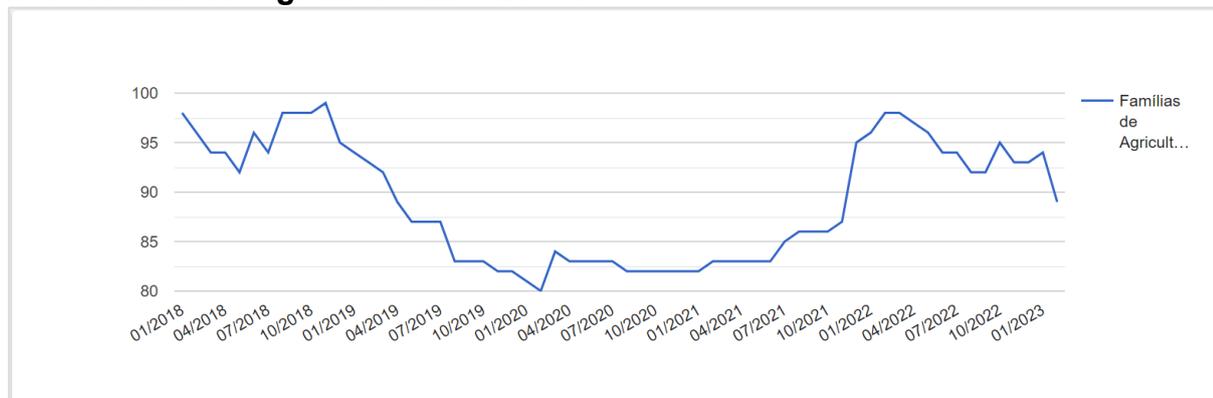


Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

Os programas de transferência condicionada de renda são estratégias utilizadas pelos países nas últimas duas décadas e desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades de renda e na ampliação do acesso a serviços básicos como saúde e educação (SOUZA et al., 2018). O Programa Brasileiro de Transferência de Renda (Bolsa Família), o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo, visa trazer alívio imediato da pobreza e erradicar a fome.

No Gráfico 4 se verifica a relação entre as famílias de agricultores e a solicitação de benefícios como bolsa família e auxílio Brasil em Sumé, tomando por base 2018 a 2023, pode-se observar que os agricultores em 2018 passaram de 97% para 89%, quanto que ao longo de 2019 a 2021 se tem uma variação, algo que pode consolidar com a evolução da agricultura familiar e a comercialização de seus produtos. Quanto que ao longo de 2022 e 2023 se tem uma variação de 95% a 80%, algo que se relaciona com os impactos gerados pela pandemia nas rotinas dos agricultores.

Gráfico 4 - Famílias de Agricultores Familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil



Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

Observando as informações e gráficos apresentados pode-se concluir que grande parte das pessoas ou famílias que solicitam o bolsa família ou auxílio Brasil

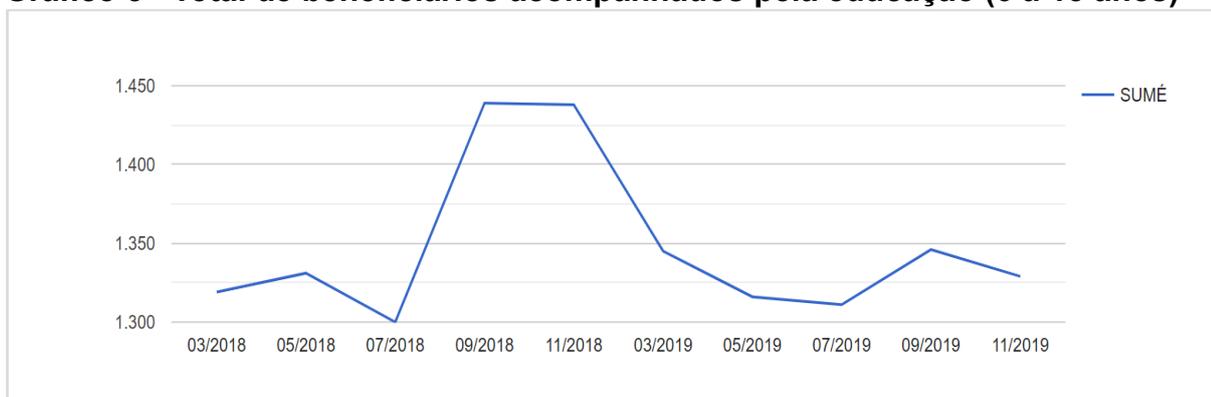
são agricultores ou do ramo do agronegócio, observando que 2018 para 2023 se tem uma variação quanto a solicitação dos benefícios na região de Sumé, algo que pode estar relacionado principalmente na questão financeira dos produtores e empresários do agronegócio. Assim como, uma relação com a questão da pandemia que impactou consideravelmente a rotina financeira e econômica das famílias brasileiras.

4.1 Acompanhamento Educação do Programa Bolsa Família (PBF) - Beneficiários de 6 a 15 anos - BFA (Bimestral) – 2018 à 2019

O Programa Bolsa Família tem dois objetivos principais. A primeira é reduzir a pobreza e desigualdade do Brasil por meio de transferências monetárias diretas às famílias pobres (SANTOS et al., 2014). O segundo objetivo é reduzir a pobreza e a desigualdade futuras por meio de incentivos para que as famílias pobres construam seu próprio capital humano, ou seja, incentivos positivos para manter as crianças na escola, encaminhá-las para centros de saúde e buscar outros serviços sociais complementares. Um processo relacionado a questão social observada em Sumé e respectivamente as famílias da região, onde grande parte apresentam uma vulnerabilidade tanto economia como dos direitos básicos estabelecidos nos instrumentos legislativos nacionais.

Ainda relacionado ao campo educacional o Gráfico 5, os beneficiários acompanhados pela educação passaram de 1.325 em 03/2018 para cerca de 1.330 em 11/2019. Sendo expresso dessa forma, que ocorre uma variação quanto aos procedimentos educacionais dos indivíduos beneficiários do bolsa família. Uma relação que vem sendo expressamente avaliada e utilizada por parte do estado ao longo dos programas sociais.

Gráfico 5 - Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)



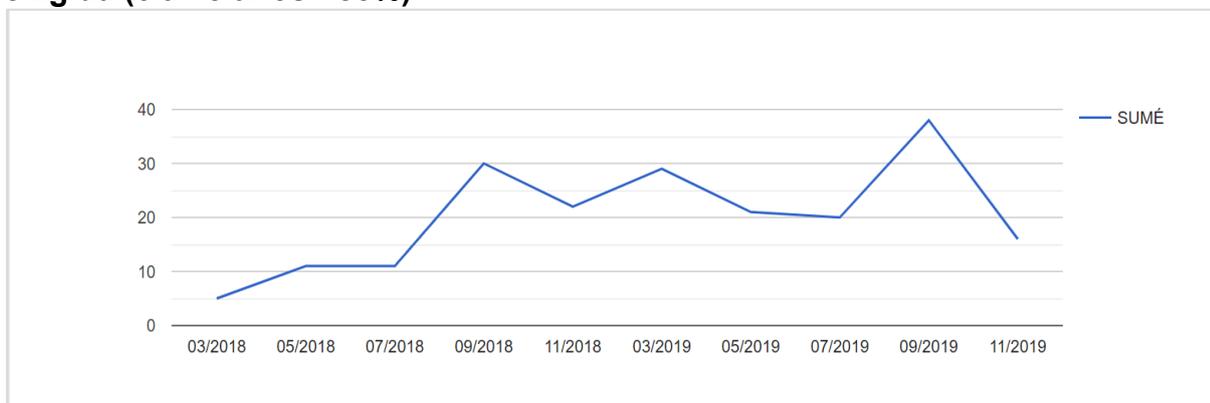
Fonte: VIS DATA 3 beta (2023).

Na visão de Pires e Dias (2014), Bolsa Família também serviu para alinhar melhor o país com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – por exemplo, reduzir a desnutrição, alcançar educação universal, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna por meio de incentivos do lado da demanda para investimentos em educação, nutrição e saúde para mulheres grávidas e crianças pequenas. No caso de Sumé, o benefício concede uma estabilidade ou oportunidade de as famílias mais vulneráveis obterem um valor monetário para questões básicas necessárias para os cidadãos.

No Gráfico 6 se tem uma compreensão quanto a baixa frequência escolar dos beneficiários do bolsa família em Sumé, sendo avaliado os anos de 2018 a 2019, onde

se observa principalmente uma variação grande em 07/2018 para 11/2018, passou de 27,5% para 55%. Quanto que ao longo de 2019 se tem uma oscilação quanto aos beneficiários que passaram de 72,5% em 03/2019 para 40% em 11/2019.

Gráfico 6 - Total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos - 85%)



Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

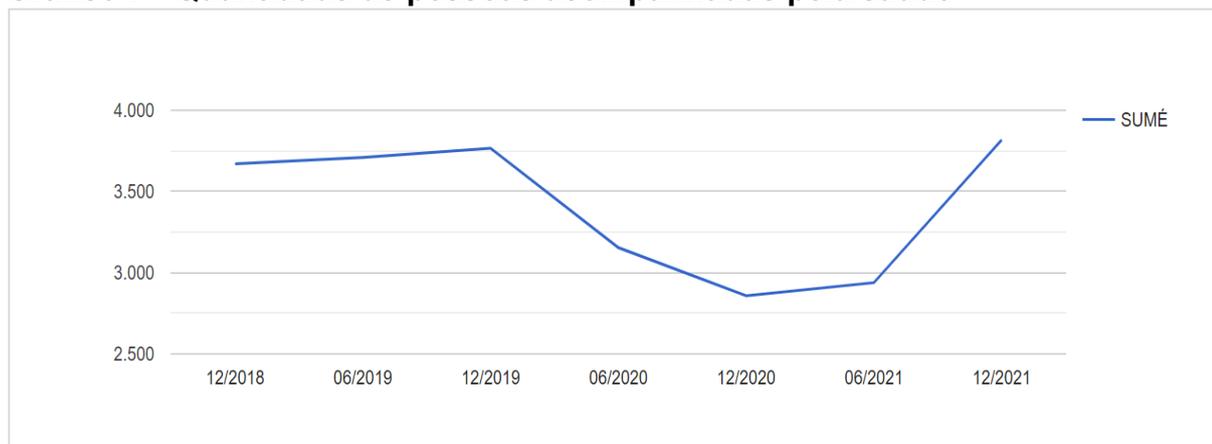
Pode-se concluir ao longo das informações apresentadas que grande parte dos beneficiários estão em atividade escolar, algo que é um requisito importante para os benefícios como bolsa família. Porém, ainda existem aspectos a serem alinhados quanto a interação das informações, como as frequências escolares a fim de obter um dado mais preciso e uma compreensão das medidas que podem ser adotadas quanto aos indivíduos que recebem o benefício e não estão cumprindo algumas questões importantes.

4.2 Acompanhamento Saúde (Semestral) do Programa Bolsa Família (PBF) - A partir da 2ª Vigência de 2018 - 2018 à 2021

Os pagamentos do PBF são feitos preferencialmente à mãe da família – porque um corpo substancial de pesquisa demonstrou que as mulheres têm maior probabilidade de priorizar os investimentos em educação, saúde e nutrição dos filhos. As transferências monetárias estão condicionadas a que todos os membros relevantes da família cumpram os requisitos de desenvolvimento humano claramente definidos de frequência escolar, consultas pré-natais, vacinação e uso de outros serviços sociais (DANTAS, 2013).

Avaliando o perfil dos beneficiários de Sumé, pode-se destacar ao longo do Gráfico 7, o campo da saúde dos indivíduos que recebem o bolsa família, observa-se que em 2018 se tinham mais de 88% das famílias da região sendo acompanhadas pela saúde, ao longo de 2019 essa quantidade passou para menos de 92,5% dos ambientes familiares de Sumé.

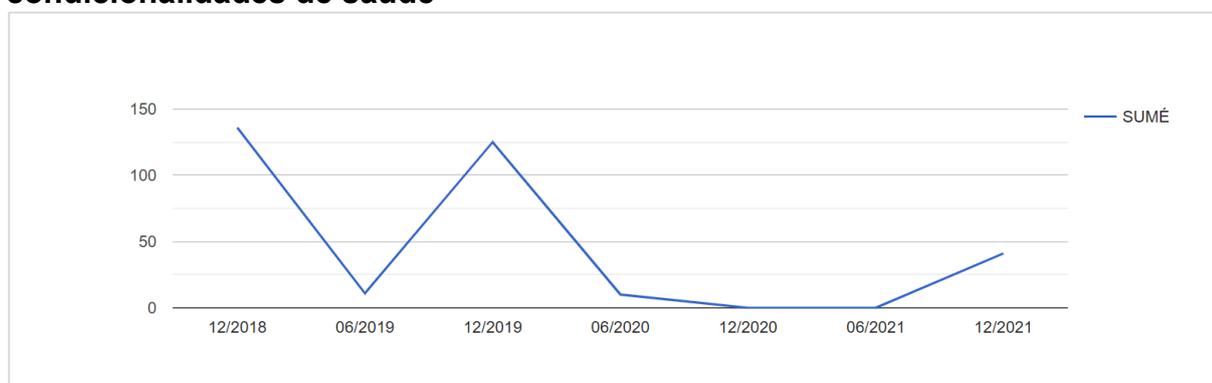
No ano de 2020 verifica-se que 67,5% das famílias residentes em Sumé passaram a receber acompanhamento de saúde, quanto que em 2021 o percentual de famílias que solicitaram ou receberam acompanhamento de saúde consiste em 93,75%, assim percebe-se uma queda no período pandêmico de 2020 até o primeiro semestre de 2021, no segundo semestre de 2021 os números aumentaram significativamente.

Gráfico 7 - Quantidade de pessoas acompanhadas pela saúde

Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

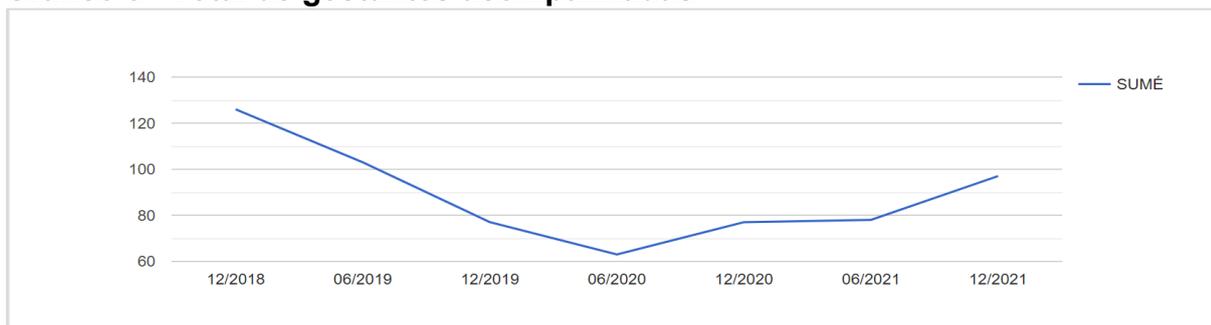
O Programa Bolsa Família oferece informações importantes sobre o desenho e implementação de uma estrutura de resultados no contexto de uma grande e complexa iniciativa em andamento (NASCIMENTO, 2015). O programa foi apresentado em cenários internacionais, por exemplo, a Conferência para Ampliar a Redução da Pobreza.

O Gráfico 8 expressa quanto pessoas cadastradas no bolsa família não tiveram acompanhamento no campo da saúde, entre os anos de 2018 a 2021, sendo observado uma variação considerável, passando de 86,6% em 12/2018 para 83% em 12/2019. Quanto que em 12/2020 não se tem dado, ao longo de 12/2021 os indivíduos não acompanhados na saúde passaram para cerca de 32%.

Gráfico 8 - Quantidade de pessoas com perfil saúde não acompanhadas nas condicionalidades de saúde

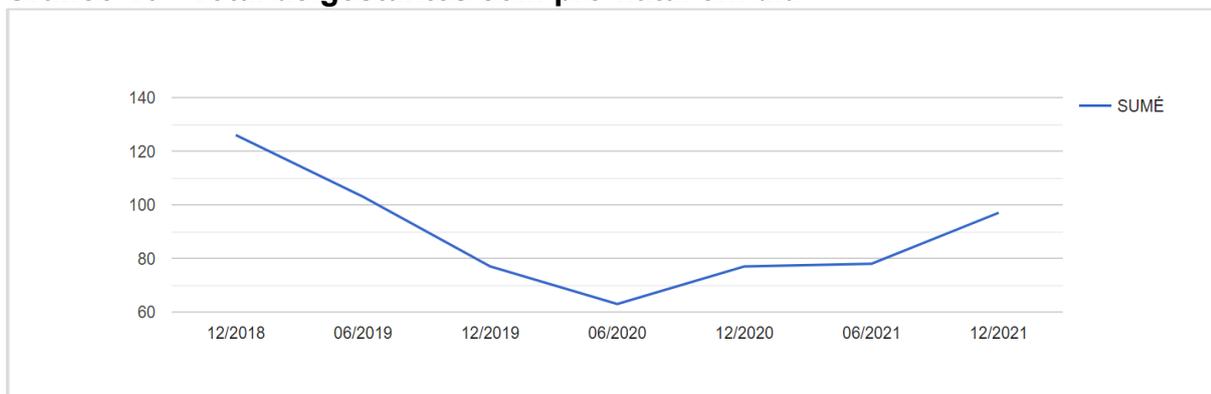
Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

No Gráfico 9 se tem uma compreensão quanto as mulheres gestantes que recebem o benefício do bolsa família e foram acompanhadas pelas organizações de saúde no município de Sumé. Passando de 89,28% em 12/2018 para cerca de 70% em 12/2021, expressando uma variação quanto procura ou mesmo busca por processo de assistência no período gestacional.

Gráfico 9 - Total de gestantes acompanhadas

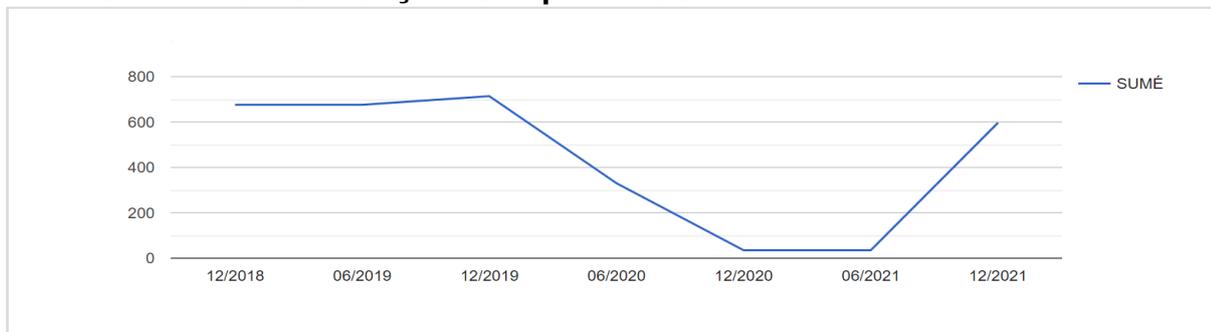
Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

O Gráfico 10 destaca as informações quanto a gestantes com pré-natal realizado em dias no município de Sumé, sendo verificada uma variação quanto a quantidade de mulheres que em 12/2018 passou de 89,28% para 53,57% em 12/2019, quanto que em 12/2020 essas somavam 56,42% e em 12/2021 passou para cerca de 70%. Ao longo de 2021 pode-se considerar que as gestantes passaram de 56,42% em 06/2021 para algo em torno de 70,71% em 12/2021.

Gráfico 10 - Total de gestantes com pré-natal em dia

Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

Observando as informações expressadas ao longo do Gráfico 11, avalia-se que cerca de 87,25% crianças eram acompanhadas pelos órgãos de saúde no município de Sumé em 12/2018, e passaram para 87,5% em 12/2019, quanto que essas crianças são cerca de 6,25% em 12/2020, já em 12/2021 essas eram 75%.

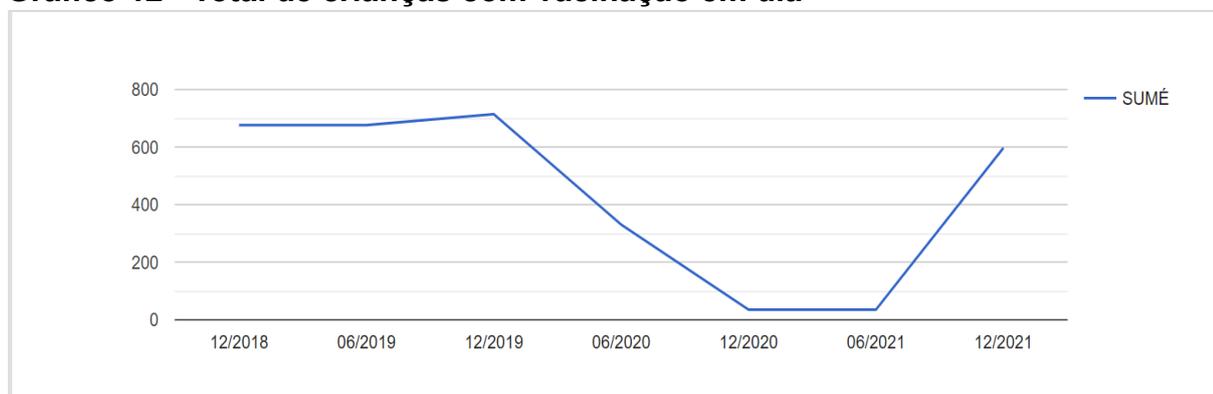
Gráfico 11 - Total de crianças acompanhadas

Fonte: VIS DATA 3 *beta* (2023).

No Gráfico 12 se observam as questões de vacinação das crianças assistidas pelo bolsa família em Sumé, verificando-se que em 12/2018 essas somam 87,37% e

em 12/2019 passaram para 87,62%. Ao longo de 2020 as crianças vacinadas eram de 3,12%, para em 12/2021 se tem um dado de 75% crianças vacinadas cadastradas junto ao serviço social em questão.

Gráfico 12 - Total de crianças com vacinação em dia



Fonte: VIS DATA 3 beta (2023).

Avaliando-se todas as informações se verifica que alguns dos aspectos mais presentes no processo de solicitação e recebimento do benefício do bolsa família em Sumé, verifica-se a necessidade de assistência no campo educacional, assim como também na área de saúde. Observando que a região apresenta uma certa vulnerabilidade quanto as atividades profissionais, sendo necessário aos órgãos e ambientes de fiscalização promover uma avaliação dos requisitos para que todas as famílias obtenham uma assistência social eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social se torna algo extremamente necessário ao longo dos anos, principalmente por se tratar de uma das formas mais eficientes de identificar quais as maiores necessidades dos cidadãos e trabalhar de forma mais definida como os governantes ou demais representantes populares podem realizar as melhorias necessárias ao desenvolvimento igualitário.

Ao longo da pandemia as questões sociais foram debatidas e ganharam cada vez mais espaço, uma vez que as pessoas ou famílias com vulnerabilidade passaram a ter um crescimento considerável, uma vez que os procedimentos adotados ao longo da pandemia impactaram quanto as atividades profissionais e os resultados financeiros obtidos por meio das atividades realizadas.

Observando os dados e os conteúdos apresentados a pandemia promoveu alguns impactos consideráveis no ambiente financeiro e no processo assistencial das famílias de Sumé. Promovendo uma variação considerável quanto a solicitação e consentimento do PBF ou Auxílio Brasil para os cidadãos da região que passou de 89% em 2018 para 95% em 2020, algo que consolida a vulnerabilidade dos cidadãos ou famílias que residem na região.

No que se refere ao habitantes de Sumé os procedimentos de CadÚnico são visando principalmente a oportunidade de obter alguma renda para questões básicas de uma família, assim ao longo dos últimos 3 anos ocorreu um crescimento de famílias de Sumé em situação de vulnerabilidade, onde no primeiro mês de 2023 se tem uma compreensão de 92,85% famílias apresentando cadastro.

Quanto as crianças que tem acompanhamento educacional, pode-se verificar que em Sumé, as mesmas passaram de 27,5% em 2018 para 72,5% em 2019. Algo

que fundamenta que as famílias assistenciadas pelos benefícios sociais promoveram a inserção de seus filhos nas escolas, procedimento considerado de suma importância nas rotinas de políticas públicas.

No âmbito da Saúde o acompanhamento da vacinação de crianças, bem como das gestantes teve uma queda no período pandêmico, provavelmente em decorrência do *lockdown* estabelecido, aumentando no ano de 2021 em diante.

Ainda observando os aspectos sociais da região de Sumé, pode-se avaliar que das famílias que recebem bolsa família ou auxílio Brasil, ocorreu um crescimento na busca por assistência médica gestacional, passando de 53,57% em 2019 para 70,71% em 2021. Procedimento importante para uma melhor qualidade de vida das mulheres e consequentemente das crianças.

Pode-se concluir que a pandemia foi um divisor quanto aos problemas sociais e a assistência concedida aos cidadãos ou famílias de Sumé com uma maior vulnerabilidade, algo que promoveu um crescimento ao longo de 2020 e 2021 na solicitação de benefícios sociais como o bolsa família e auxílio Brasil, dando aos cidadãos da região uma oportunidade de equilibrar o ponto financeiro.

No decorrer deste estudo houve algumas limitações que impediram uma maior explanação sobre o conteúdo por falta de dados, que poderiam ter sido disponibilizados pela gestão municipal de Sumé, assim como disponibilizados na base de dados do VIS DATA 3 *beta*. Deste modo, torna-se interessante efetuar pesquisas em cidades circunvizinhas e de outros estados, pois o Brasil possui diversas características culturais e socioeconômicas. Inclusive, recomenda-se acompanhar a realidade dos beneficiários de forma mais ativa.

REFERÊNCIAS

ABRAS, Ingrid Brenda; DE SÁ, Michele Aparecida. Programa Bolsa Família: educação de crianças e adolescentes. **Formação@ Docente**, v. 8, n. 2, p. 62-78, 2016.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

BORGES, Karla C. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): limites e possibilidades da experiência do município de Criciúma**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 61-F. ed. Brasília, DF, 21 abr. 2021. Seção 1, p. 1-75. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abrilde-2021-311876884>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em: 23 de maio de 2023.

BRASIL. **Painel Coronavírus 2021**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Auxílio Emergencial**. 2020. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

CÂMARA, S. F. et al. Vulnerabilidade socioeconômica à COVID-19 em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1037-1051, 2020.

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, n. 109, p. 129-160, 2020.

COLVERO, R. B.; CAMORETTO, T. M. A gestão do programa bolsa família no município de São Borja no período de pandemia de Covid-19. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 7, n. 2, p. 67-84, 2021.

CONSERVA, M. S.; ALVES, J. de M.; SILVA, E. L. P. da (Orgs.). **A Gestão da Proteção Social em debate**. [Livro Eletrônico]. João Pessoa: Editora CCTA, 241p., 2016.

COSTA, J. R. C. **O “estado de mal-estar social” brasileiro**. Belo Horizonte: Ieprev, 2020.

DANTAS, H. Porta de saída do Bolsa Família existe, mas ainda é estreita: depoimentos. In: LIMA, L. (Ed.). **Último Segundo**. São Paulo: IG, 2013.

DE MELO, M. da S. S. Programa bolsa família e a qualidade de vida das famílias beneficiárias. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 520-529, 2019.

DE VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. Cortez Editora, 2022.

DOS SANTOS, A. T. A política pública de assistência social e sua essencialidade no combate às vulnerabilidades sociais agravadas pela pandemia da Covid-19. **Orbis Latina**, v. 12, n. 2, p. 90-105, 2022.

FERREIRA, K. da C. **Uma Análise do Programa Bolsa Família versus o Programa Auxílio Brasil no município de Serra Talhada-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Serra Talhada, 2022.

FURTADO, M. R., et al. **A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 1 ed. Vila Velha: CONSULTRE, 2021.

GALLASCH, C. H. et al. Prevenção relacionada à exposição ocupacional do profissional de saúde no cenário de COVID-19. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, p. 49596, 2020.

GENTILINI, U.; ALMENFI, M.; ORTON, I. **Social protection and jobs responses to Covid-19: a real-time review of country measures**. Washington, DC: World Bank, 2020.

GUADAGNIN, Eduardo; NETO, Pedro Ribeiro Moreira; VIANNA, Paula Vilhena Carnevale. Bolsa família: Potencialidades e desafios na indução de políticas públicas a partir dos territórios. **Barbarói**, v. 55, p. 31-56, 2019.

GUEDES, Joana. **Protocolos de segurança sanitária decorrentes da Covid-19: um estudo sobre a qualidade de vida no trabalho em meios de hospedagem em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GULLO, M. C. R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. Esp. 3, p. 1-8, 2020.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (Org.). **Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013a.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Panorama**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

_____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Panorama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

JACCOUD, L. Família e assistência social no Brasil: uma análise do serviço de proteção e atendimento integral à família. **XL Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 24-28 out, 2015.

JANNUZZI, P. de M.; MARTIGNONI, E. M.; SOUTO, B. F. Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 4, p. 40-61, 2020.

LEITE, T. C. et al. Importância do auxílio emergencial para o município de Sant'Ana do Livramento - RS. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 13, n. 3, 2021.

MEDAUAR, O. **Direito Administrativo moderno**. 18ª Ed. Rev. e Atual – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021, p 193.

NASCIMENTO, M. A. C. **Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda**. Campinas: Papel Social, 2015. 196 p.

NEGRI, F. L.; SANTOS, M. T.; KRÜGER, T. R. Atuação da/o Assistente Social em Face da Pandemia do COVID19: orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS. In: TAPAJÓS, L. et al. (Orgs.). **Pandemia, Políticas Públicas e Sociedade**. Florianópolis-SC: Emais [E-book], 2021.

OLIVEIRA, B. C. A. **O programa bolsa família no âmbito municipal: um diagnóstico socioassistencial da perspectiva educacional e de renda com o agravamento da pandemia de Covid 19**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Itajubá, 2021.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **OMS divulga novas estatísticas mundiais de saúde**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/20-5-2022-oms-divulga-novas-estatisticas-mundiais-saude>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

PAIVA, L. H.; DE SOUSA, M. F.; NUNES, H. M. P. **A focalização do Programa Bolsa Família (PBF) no período 2012-2018, a partir dos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua)**. Texto para Discussão, No. 2567, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2020.

PAIVA, Luis Henrique et al. **A reformulação das transferências de renda no Brasil: simulações e desafios**. Texto para Discussão, 2021.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

PIRES, A.; DIAS, T. B. A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Roteiro**, v. 39, n. 01, p. 185-198, 2014.

RIBEIRO, Yuri de Lima. **O programa bolsa família e a centralidade nas mulheres beneficiárias do município de Lagoa Seca-PB**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2019.

RODRIGUES, M. T. **O impacto socioeconômico na vida dos beneficiados do Programa Bolsa Família no município de Marechal Cândido Rondon–PR**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Toledo, 2018.

SANTOS, M. C. M. et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1381-1405, nov./dez. 2014.

SCHUEROFF, M. L. G.; PEREIRA, J. A. Efetividade e eficácia do programa bolsa família no município de Alto Paraná-PR. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 2, n. 1, 2018.

SILVA, J. L. da et al. Políticas socioeconômicas de reação à crise da covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 69, 2020.

SIMÕES, A. A. A contribuição do Programa Bolsa Família para o desempenho escolar das crianças pobres no Brasil. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 4, p. 4-39, jul.-dez. 2012.

SOARES, J. K. N. **Análise dos avanços e desafios do programa social bolsa família (PBF) no município de Assú/RN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), 2022.

SOUZA, P. H. G. F. de; OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. In: SILVA, T. F. (Org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018

TJARA, A. **Cortes no Bolsa Família impulsionam aumento da extrema pobreza no Brasil**. Agência UOL, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/19/cortes-no-bolsa-familia-impulsionam-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

VIS DATA 3 *beta*. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por sempre estar comigo nos momentos de dificuldade que encontrei pela vida e pelo curso. Me conduzindo por todas as vezes que a dificuldade apareceu, em orações que o solicitei.

Agradecer ao meu filho José Gael abençoado, que me mostra uma força que eu nunca imaginaria ter. E ao meu segundo filho que está preste a chegar ainda este ano.

A todos os que fazem parte da equipe independente de Sumé, que tornaram meus dias mais leves durante esse percurso.

Agradeço a minha mãe Maria Goretti pela vida e pelo incentivo.

Ao meu marido Geniedson (Nel) por estimular, apoiar sempre esteve nas horas mais difíceis do curso. Sem ele eu não teria conseguido.

Agradecimentos pelos amigos que a universidade me presenteou, Marcos Souza vulgo (Marquinhos), Mariel, Fernanda, Zirelly, Alisson vilinha, Alysson Crente, Alicia e Rafael.

Ao senhor presidente Luiz Inacio Lula da Silva pelas ações afirmativas.

E por fim, agradecer a professora Ilcleidene de Freitas pelos ensinamentos e paciência, adquiridos durante o curso.